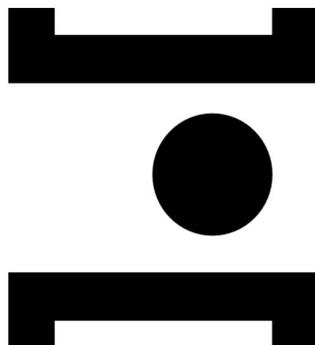


INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM



**POLITÉCNICO
DE SANTARÉM**

**Aquisição de Bens para Pecuária e Veterinária no âmbito do
Projeto Farm4Future**

CP 13/2024

Caderno de Encargos

Índice

SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
CAPÍTULO I -DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1.ª - Objeto.....	3
Cláusula 2.ª - Contrato	3
Cláusula 3.ª - Interpretação dos documentos que regem a aquisição de bens na execução contratual.....	4
Cláusula 4.ª - Prazos	4
Cláusula 5.ª - Local de entrega	4
Cláusula 6.ª - Preço base e preço contratual.....	4
Cláusula 7.ª - Condições de pagamento e faturação.....	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	5
Cláusula 8.ª - Obrigações gerais do Fornecedor.....	5
Cláusula 9.ª - Dever de sigilo	7
Cláusula 10.ª - Obrigações do Contraente Público.....	8
Cláusula 11.ª - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais.....	8
Cláusula 12.ª - Caução	10
CAPÍTULO III - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	10
Cláusula 13.ª - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato.....	10
Cláusula 14.ª - Cessão da posição contratual do Fornecedor	10
CAPÍTULO IV - VICISSITUDES CONTRATUAIS	11
Cláusula 15.ª - Sanções contratuais	11
Cláusula 16.ª - Resolução do contrato pelo Contraente Público	11
Cláusula 17.ª - Casos de Força Maior	12
Cláusula 18.ª - Resolução do Contrato por parte do Fornecedor	13
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	13
Cláusula 19.ª - Deveres de Informação	13
Cláusula 20.ª - Direitos de propriedade intelectual	14
Cláusula 21.ª - Comunicações e notificações	14
Cláusula 22.ª - Contagem dos prazos na fase de execução do contrato.....	14
Cláusula 23.ª - Legislação aplicável	15
SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS.....	16
Cláusula 24.ª - Bens a adquirir	16
Cláusula 25.ª - Conformidade e operacionalidade dos bens.....	16
Cláusula 26.ª - Entrega dos bens.....	16
Cláusula 27.ª - Aceitação dos bens.....	17
Cláusula 28.ª - Garantia técnica	18
Cláusula 29.ª - Critérios Ecológicos/Ambientais a adotar	18
Especificações Técnicas.....	20

SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I -DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Concurso Público 13/2024 que tem por objeto principal a aquisição de bens para pecuária e veterinária, no âmbito do Projeto Farm4Future, de acordo com as disposições constantes na secção II – Cláusulas Técnicas e Funcionais do presente Caderno de Encargos.

O Fornecedor tem cabal conhecimento do objeto do presente fornecimento de bens, não podendo, como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na perfeita execução do contrato.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e integrará ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos
 - c) O presente Caderno de Encargos e anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Fornecedor
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo Contraente Público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo Fornecedor nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.
4. Além dos documentos indicados no n.º 1, o Fornecedor obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
5. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.

Cláusula 3.^a - Interpretação dos documentos que regem a aquisição de bens na execução contratual

1. Qualquer dúvida surgida na interpretação de documentos contratuais, regulamentares ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações deve ser colocada por escrito na respetiva plataforma com a maior antecedência possível.
2. Se as dúvidas ocorrerem após o início do fornecimento, o Fornecedor deve formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.
3. A falta de cumprimento dos deveres referidos torna o Fornecedor responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

Cláusula 4.^a - Prazos

O fornecimento/disponibilização dos bens objeto do procedimento, deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis após assinatura do Contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 5.^a - Local de entrega

1. O fornecimento dos bens terá lugar nas instalações da Entidade adjudicante – Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico, em Santarém
2. As horas a observar para a entrega dos bens, para cujo cumprimento seja imprescindível a presença de colaborador(es) do Contraente Público, só poderão ser observadas em dias úteis, das 9:00 horas às 17:00 horas (ou em outro horário de funcionamento dos serviços, a combinar com a entidade adjudicante).

Cláusula 6.^a - Preço base e preço contratual

1. O preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela presente aquisição de bens, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de 220 000€ (duzentos e vinte mil euros) acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, se for legalmente devido, sendo:

- Lote 1 – 159 000€ (cento e cinquenta e nove mil euros);
- Lote 2 – 8 230€ (oito mil, duzentos e trinta euros);
- Lote 3 – 52 770€ (cinquenta e dois mil, setecentos e setenta euros).

2. Os preços previstos no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da

utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. O Contraente Público obriga-se a pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a nota de encomenda/compromisso inscrito no Contrato.

4. No âmbito do contrato a celebrar, não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 7.^a - Condições de pagamento e faturação

1. A emissão das faturas pelo Fornecedor deverá ser feita após a entrega/disponibilização dos bens e será paga por transferência bancária.

2. As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo 60 dias após a receção da devida fatura e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexas, devendo da mesma constar o máximo dos seguintes elementos: a referência do Contrato, o número de compromisso, e das guias de remessa a que dizem respeito.

3. Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao Fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.

4. As faturas a emitir pelo Prestador de Serviços deverão ser enviadas através do broker da eSPap ou em alternativa para o endereço eletrónico faturacao@ipsantarem.pt

5. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

6. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

7. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 8.^a - Obrigações gerais do Fornecedor

1. Nos termos do contrato a celebrar, o Fornecedor obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.

2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecer os bens em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;

- b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais e ambientais exigidos para os bens a fornecer, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
- c) Garantir os bens fornecidos, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
- d) Proceder à entrega e/ou disponibilização dos bens nos locais e prazos previstos no presente Caderno de Encargos ou proposta adjudicada;
- e) Cumprir os critérios ecológicos mencionados
- f) Garantir a manutenção dos equipamentos nas instalações do Instituto Politécnico de Santarém
- g) Assegurar a reparação ou a substituição dos bens, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
- h) Assegurar a continuidade de fabrico, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada e legislação em vigor;
- i) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
- j) O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
- k) Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- l) Não alterar as condições do fornecimento dos bens, fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- m) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do Contraente Público;
- n) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público;
- o) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- p) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;

- q) Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
- i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Fornecedor em representação do Contraente Público;
 - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
3. Na execução do presente fornecimento o Fornecedor fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o Gestor do Contrato considere necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º e 290.º-A do CCP, e no prazo que este(s) venha(m) a fixar.

Cláusula 9.ª - Dever de sigilo

1. O Fornecedor obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. O Fornecedor obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O Fornecedor obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. O Fornecedor não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do Contraente Público sem o consentimento prévio deste.

Cláusula 10.^a - Obrigações do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Contraente Público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo, próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do Contraente Público:
 - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Fornecedor, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
 - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
 - c) Monitorizar a quantidade e qualidade dos bens fornecidos;
 - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
 - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
 - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

Cláusula 11.^a - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

1. O Fornecedor compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado;
 - d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda

acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

e) Prestar ao Contraente Público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

f) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Fornecedor, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Fornecedor e o referido colaborador;

h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

k) Prestar a assistência necessária ao Contraente Público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33º do RGPD.

2. O Fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.

3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4º do RGPD.

4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Fornecedor é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o Contraente Público.
5. O Fornecedor deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
6. Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados do Contraente Público: Administrador do IPSantarem - endereço eletrónico: proteção.dados@ipsantarem.pt

Cláusula 12.^a - Caução

Não é exigida caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

CAPÍTULO III - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 13.^a - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo Gestor do Contrato designado pelo Contraente Público, a identificar no contrato.
2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, pode determinar ao Fornecedor que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

Cláusula 14.^a - Cessão da posição contratual do Fornecedor

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Fornecedor pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Fornecedor deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Fornecedor no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo Fornecedor que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do

CCP.

5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

CAPÍTULO IV - VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 15.^a - Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do Contrato, e por causa imputável ao Fornecedor, poderão ser aplicadas as seguintes sanções contratuais nos seguintes casos:

a) Pelo incumprimento do prazo de entrega ou disponibilização estipulado na Cláusula 4^a por causa imputável ao Fornecedor, o Contraente Público pode, em caso de não entrega de algum ou alguns dos bens, aplicar uma sanção de até 15% do valor de cada bem não entregue por cada dia de atraso, no caso de ocorrerem atrasos até 5 dias, e de 25% sobre o mesmo valor, por cada dia de atraso, no caso de ocorrerem atrasos iguais ou superiores 8 dias;

2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

3. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do Fornecedor, o Contraente Público, pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.

4. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

5. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

Cláusula 16.º - Resolução do contrato pelo Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o

contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, superior a 30 dias no fornecimento dos bens objeto do contrato ou o Fornecedor declarar por escrito que o atraso na entrega excederá esse prazo.

2. O contrato pode também ser resolvido pelo Contraente Público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do Fornecedor:

- a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do fornecedor;
- b) Prestação de falsas declarações;
- c) Estado de falência ou insolvência;
- d) Cessaçãõ da atividade;
- e) Condenaçãõ, por sentença transitada em julgado, por infraçãõ que afete a idoneidade profissional do Fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitaçãõ judicial.

3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaraçãõ escrita enviada ao Fornecedor e não implica/ implica (*consoante o caso*) a repetiçãõ das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

Cláusula 17.^a - Casos de Força Maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realizaçãõ pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relaçãõ à parte que as invoca:

- a. Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b. Sejam alheias à sua vontade;
- c. Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebraçãõ do contrato;
- d. Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor, na parte em que intervenham;

- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Fornecedor de normas legais;
- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor não devidas a sabotagem;
- g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Fornecedor direito a qualquer indemnização.

Cláusula 18.ª - Resolução do Contrato por parte do Fornecedor

- 1. O Fornecedor pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.ª - Deveres de Informação

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 20.^a - Direitos de propriedade intelectual

1. Correm integralmente por conta do Fornecedor os encargos ou a responsabilidade civil decorrente da incorporação em qualquer dos bens objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Fornecedor por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. São da responsabilidade do Fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Fornecedor se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 21.^a - Comunicações e notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o Contraente Público e o Fornecedor relativos ao Contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

Cláusula 22.^a - Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 23.^a - Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS

Cláusula 24ª - Bens a adquirir

1. Pretende-se adquirir os equipamentos indicados e constituídos pelos diversos artigos que os compõem e mencionadas abaixo, nas Especificações Técnicas
 - a) Lote 1 - Sistema de ordenha robotizado para bovinos;
 - b) Lote 2 - 3 Balanças para pesar animais;
 - c) Lote 3 - Mesa de Anatomia Veterinária Digital
2. O Fornecedor obriga-se a entregar ao Contraente Público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nesta secção.

Cláusula 25ª - Conformidade e operacionalidade dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
2. Os bens objeto do contrato bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos têm de ser novos.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Fornecedor é responsável perante o Contraente Público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

Cláusula 26.ª - Entrega dos bens

1. O(s) fornecimento(s) é (são) realizado(s) na sequência de notas de encomenda (*ou outro documento equivalente*) remetidas pela Contraente Público, via correio eletrónico.
2. Rececionada a nota de encomenda (*ou outro documento equivalente*), os bens serão entregues no local indicado nas respetivas notas de encomenda (*ou outro documento equivalente*), nas seguintes condições:
 - a) Em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis;
 - b) Com todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização, funcionamento ou consumo daqueles;
 - c) Com toda a documentação legal necessária à sua circulação.

3. A entrega dos bens é sempre acompanhada de Guia de remessa da qual deve constar, designadamente:
- A data de entrega;
 - Identificação do Fornecedor;
 - Identificação do Contraente Público;
 - Local de entrega;
 - Data do pedido e número da encomenda emitida (*ou outro documento equivalente*);
 - Número do Contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
 - Indicação e quantidade dos bens;
 - Número de série de cada bem, se aplicável.
4. A cópia da guia de remessa, assinada pelo Contraente Público, fica na posse do Fornecedor, constituindo prova bastante da entrega dos bens.
5. A assinatura da guia de remessa pelo Contraente Público não implica a aceitação de eventuais discrepâncias dos bens com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
6. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.
7. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Fornecedor.

Cláusula 27.^a - Aceitação dos bens

- Após o ato de entrega e/ou instalação dos bens, o Contraente Público dispõe de um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos bens, efetuando testes e aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou montagem.
- O Contraente Público deve transmitir ao Fornecedor todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no n.º 1 desta cláusula, sem que tenha sido comunicada a rejeição dos bens, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos mesmos.
- Caso haja lugar à rejeição dos bens, será da responsabilidade do Fornecedor a retificação das anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
- Em caso de rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para proceder à substituição dos bens rejeitados.

5. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
6. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos bens rejeitados são da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.
7. A rejeição dos bens disponibilizados nos termos da presente cláusula não confere ao Fornecedor o direito a qualquer indemnização.
8. A rejeição dos bens por parte do Contraente Público pode conferir-lhe o direito a ser indemnizado, pelos custos incorridos e prejuízos comprovadamente sofridos.

Cláusula 28.ª - Garantia técnica

1. O Fornecedor deve garantir os bens fornecidos contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas, nos termos do disposto no CCP e demais legislação que disciplina os aspetos relativos à aquisição de bens móveis de consumo.
2. O prazo de vigência da garantia de é de 1 ano a partir da data de aceitação definitiva dos bens.

Cláusula 29.ª - Critérios Ecológicos/Ambientais a adotar

No âmbito do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, o Adjudicatário deverá cumprir critérios ambientais com o objetivo de fornecer os bens do fornecimento com impacto ambiental reduzido, para o efeito deverá observar:

✓ **Manual de Instruções**

O manual de instruções e manutenção dos equipamentos deverá ser disponibilizado em formato digital, para reduzir o uso de papel, pela consciência ambiental considerando a eliminação das emissões de CO2 provenientes do transporte;

✓ **Redução de Ruído**

O equipamento deverá estar em conformidade com limites aceitáveis de **níveis máximos de ruído**, tanto em estado ativo como passivo, garantindo um funcionamento silencioso, quando aplicável

✓ **Eficiência Energética**

- O equipamento deve ser concebido para operar com **baixo consumo de energia**, utilizando tecnologias de última geração para otimizar a eficiência energética.

✓ **Uso Sustentável de Recursos**

- Sempre que possível, o equipamento, *quando aplicável*, deve permitir a reutilização de **recursos internos**, como água, gases ou reagentes, reduzindo o desperdício.
- O equipamento deve promover a utilização eficiente de consumíveis, minimizando a quantidade de materiais necessários para o funcionamento.

✓ **Requisitos de Reparação e Substituição de Componentes**

O equipamento deve ser produzido para permitir a **reparação fácil** e a substituição de componentes avariados sem necessidade de substituir o equipamento completo

Especificações Técnicas

Anexo I

Os equipamentos postos a concurso, devem cumprir com as seguintes especificações mínimas:

Lote 1	
Designação: Sistema de ordenha robotizado	Quantidade
<p>Aquisição de um sistema de ordenha robotizado, que permita a realização da ordenha de forma autónoma e voluntária, sem intervenção direta de nenhum operador, para um núcleo de 20 vacas em lactação.</p> <p>O equipamento tem que incluir todos os sistemas necessários que permitam a identificação eletrónica dos animais, fornecimento automático de ração na box de ordenha, sistema de limpeza de tetos, estimulação, extração e eliminação de primeiros jatos de leite, sistema de localização de tetos com colocação automática de tetinas, ordenha individual por quartos, separação e desvio de leite a não enviar para o tanque de refrigeração, retirada automática de tetinas, desinfeção de tetos, limpeza da unidade entre ordenhas, processador e software informático para controle e gestão da informação do sistema.</p> <p>Características Técnicas Mínimas:</p> <p>O sistema de Ordenha Robotizado completo, com todos os componentes necessários para realizar a ordenha, forma autónoma e voluntária, sem intervenção direta de nenhum operador, com os seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de produção e controlo do vácuo; - Realizar a estimulação, a limpeza, a eliminação dos primeiros jatos de leite, a colocação robotizada das tetinas, e a retirada automática por quartos; - Sistema de desinfeção dos tetos e sistema de lavagem entre ordenhas, tanto das unidades como do solo da box de ordenha; - Sistema de controlo do processo de ordenha contínuo, por meio de sensores, que registem a condutividade, cor do leite e produção, e contagem células somáticas. Esta informação será convertida em sistemas de alarme automáticos, quando acontecem incidentes e desvios aos parâmetros recomendados pelo sistema; - Sistema de separação do leite com desvio automático, que se decida não canalizar para o tanque por não cumprir parâmetros mínimos de qualidade ou por necessidade de recolha para outros fins, para recipientes ou respetivo esgoto; - Painel Táctil incorporado na unidade, para supervisionar e controlar o sistema de ordenha robotizado; 	<p>1</p>

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Ligação ao tanque de refrigeração do leite, com instalação de sistemas de lavagem e refrigeração automáticos;- Leitura e identificação dos animais no sistema de ordenha robotizado pela identificação eletrónica;- Sistema de alimentação automático para um único tipo de alimento composto para animais, incorporado no sistema de ordenha robotizado permitindo a distribuição do alimento fora dos períodos de ordenha, assim como, aos animais não lactantes;- Sistema de Identificação eletrónica com 30 identificadores individuais e respetiva numeração, com localização do animal, com monitorização da atividade do animal e de movimentos específicos relacionados à ingestão de forragem;- Equipamento informático para instalação de todos os softwares para funcionamento do sistema, assim como, equipamento para alimentação ininterrupta de energia em caso de falha da rede elétrica- Software de gestão para controlo automatizado de todo o efetivo, e de cada animal individualmente, a nível de gestão do efetivo, ordenha, saúde, reprodução e alimentação;- Apresentação dos parâmetros em gráficos claros e fáceis de entender das atividades, horários de alimentação e fases de lactação;- Monitorização constante do cio e exibição do momento ideal de inseminação;- Notificação de redução dos tempos de alimentação e ruminação para permitir a deteção precoce de problemas de saúde;- Enviar alertas por e-mail ou SMS;- Deverá permitir o acesso remoto a qualquer hora e em qualquer lugar por outros sistemas como computador, tablet ou smartphone;- Fácil utilização e manuseamento pelos operadores;- Formação para os operadores, a ser ministrada por técnico habilitado, durante o período de colocação em funcionamento do sistema até que estes estejam habilitados a trabalhar de forma autónoma no local onde será instalado o sistema de ordenha robotizado e respetivos equipamentos;- Garantir a manutenção de todos os sistemas e equipamentos a adquirir por um período de três anos;- Todo o sistema, componentes, sensores, materiais e tecnologia, da versão mais recente de sistema de ordenha robotizado comercializado em Portugal a 31 de outubro de 2024.- Fornecimento de manuais, em língua Portuguesa de todos os equipamentos e softwares. | |
|--|--|

➤ **Valor base do Lote 1 - 159.000€**

Lote 3	
Designação: Mesa de Anatomia Veterinária Digital	Quantidade
<p style="text-align: center;">Mesa de Anatomia Veterinária Digital</p> <p>Mesa de anatomia digital terá que oferecer imagem de tecidos de cadáveres reais de animais e anatomia 3D exata para a ciência veterinária, ciência animal e zoologia.</p> <p>*Conteúdo a ter:</p> <p>Imagens de cadáveres reais dos seguintes animais: Cão, gato, macaco-rhesus, rato e rã.</p> <p>Tem que permitir as segmentações mínimas de 1.100 estruturas altamente segmentadas e anotadas no cadáver canino, e 2.500 no cadáver do primata.</p> <p>Tem que apresentar uma base de dados de casos clínicos, com um mínimo de 280 exames de Tomografia Computorizada e Ressonância Magnética (TC/RM) de animais reais de anatomia normal, patologia e doenças únicas.</p> <p>*A mesa tem de apresentar as seguintes ferramentas e características:</p> <p>Dissecação: Simulações cirúrgicas e de corte 3D. Dissecação camada a camada. Estruturas individuais podem ser cortadas, removidas, interagidas e isoladas.</p> <p>Ferramentas de aprendizagem: Visibilidade, cor plana, captura de ecrã, anotação, exploração, pin drop e pen tool.</p> <p><u>*Tem de permitir as seguintes aplicações clínicas:</u></p> <p>Renderização de volume 3D: Renderizar exames de TC/RM em 3D e permitir a visualização de exames com ferramentas de renderização de volume de qualidade ultraelevada.</p> <p>Dissecação Virtual: Bisturi virtual, craniotomia, medição, captura de ecrã e ferramenta de queda de alfinetes.</p> <p>Visualização da estrutura totalmente personalizável</p> <p>A mesa digital tem que permitir a aquisição de conhecimentos do mundo real através de capacidades de dissecação 3D, casos reais de animais, anatomia animal segmentada.</p> <p>Tem que permitir a partilha de recursos, carregar ou transferir planos de aula, questionários, materiais de aprendizagem, predefinições ou questionários; permitindo aos utilizadores carregar e partilhar facilmente material.</p> <p><u>*Hardware:</u></p> <p>O posto de trabalho tem que incluir um suporte motorizado e um monitor com controlo remoto que pode ser convenientemente rodado e guardado.</p>	<p>1</p>

ECRÃ: Monitor de 55" de alta definição com interface de ecrã multi-toque intuitivo e ângulo de visualização ajustável.

Integração: Portas HDMI, USB, Ethernet. Ligação à Internet, projetores e monitores externos.

Dimensões: 120/130 cm comprimento x 80/190 cm altura x 70/80 cm largura.

Altura com regulação variável através de controlo remoto para cima/para baixo.

A mesa digital tem de ser ajustável permitindo inclinação para uma posição vertical e ideal para demonstrações em salas de aula.

Fornecimento de manuais, em língua Portuguesa de todos os equipamentos e softwares.

- Formação para os operadores, a ser ministrada por técnico habilitado, durante o período de colocação em funcionamento do sistema até que estes estejam habilitados a trabalhar de forma autónoma, no local onde será instalado.

➤ **Valor base do Lote 3 - 52.770€**